

Vol. 13 - N. 27 | Ago./Dez. 2018 | ISSN 1808-883X

ADVÉRBIO

Revista Científica dos Cursos de Comunicação do Centro Universitário FAG

**“DE QUEM É O DEDO QUE
APERTA O GATILHO?”:
AS INTERPRETAÇÕES DA VIOLÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO DE ACORDO COM
O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA**

Patricia MAGRI
Gustavo dos Santos PRADO

ARTIGO 9

“DE QUEM É O DEDO QUE APERTA O GATILHO?”: AS INTERPRETAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO DE ACORDO COM O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

Patricia MAGRI¹

Gustavo dos Santos PRADO²

RESUMO

O presente trabalho propõe apresentar a visão da crise de segurança pública do Rio de Janeiro, pelo Observatório da Imprensa, que é um veículo jornalístico focado na crítica da mídia. Em forma de *website*, o Observatório da Imprensa traz uma visão diferente da mídia tradicional, sobre diversos assuntos. O Rio de Janeiro está passando por uma crise na segurança e, em consequência disso, surgiu a decisão do governo Michel Temer em iniciar a intervenção federal no estado. A partir disso, esse artigo pretende estudar os textos publicados no Observatório da Imprensa e apresentar a sua visão sobre essa crise.

PALAVRAS-CHAVE

Observatório da Imprensa. Rio de Janeiro. Violência.

¹ Jornalista. E-mail: magripty@gmail.com

² Doutor em História Social. Professor dos cursos de Comunicação Social do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: gspgustavo.historia@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo do presente artigo é o Observatório da Imprensa, por meio das notícias publicadas que tratam sobre a crise da segurança pública do Rio de Janeiro. O Observatório da Imprensa é uma iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É um veículo jornalístico focado na crítica da mídia, com presença regular na internet desde abril de 1996³.

O Estado do Rio de Janeiro tem passado por uma grande crise na segurança pública. No dia 16 de fevereiro de 2018, o Presidente da República, Michel Temer decretou a intervenção no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.⁴ O assunto é recente, devido às atuais intervenções, mas a crise vem de muito tempo.

A problematização do trabalho é analisar como o Observatório da Imprensa aborda a violência crônica que passa o Rio de Janeiro. Para tanto, foram realizadas várias leituras de artigos que tratam do assunto. Diante da quantidade de material disponível – uma vez que a página atualiza seus artigos com frequência – o trabalho teve que costurar recortes temáticos para iniciar o processo analítico.

Na parte 2, o trabalho procura discutir os principais problemas da cidade do Rio de Janeiro que alimentam a violência urbana. Além disso, procura-se problematizar como surgiu a página “Observatório da Imprensa” e como ela funciona. Teoriza-se também a análise do discurso, visto que se almeja descortinar a interpretação que a página assume com relação à violência da cidade que está em debate.

Na terceira parte, a pesquisa elenca dois artigos inseridos dentro de cada recorte temático. A ação das milícias, o abuso de autoridade, o mercado de segurança privada e a exclusão social foram incorporados no excerto, pois são alegações que têm peso na página e que explicam a violência no Rio de Janeiro. O leitor também notará que o trabalho procura discutir o caso do assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, uma vez que o fato chamou a atenção da página e foi tema recorrente dela.

³ Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

⁴ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

Por fim, nas considerações finais, procura-se fazer um balanço dos resultados que foram obtidos por este trabalho visando contribuir com novas visões sobre esse importante veículo de comunicação digital.

2 TEORIZANDO O RIO DE JANEIRO E O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: VIOLÊNCIA URBANA, CRISE ECONÔMICA, WEBSITE E A ANÁLISE DO DISCURSO

2.1 VIOLÊNCIA URBANA: UM NOVELO DE MUITAS PONTAS

Um dos maiores problemas do Rio de Janeiro é a grande onda de violência que se espalha por todo o estado. De acordo com Álvaro de Aquino e Silva Gullo (1998, p. 105): “A violência é analisada como um filtro que permite esclarecer certos aspectos do mundo social porque denota as características do grupo social e revela o seu significado no contexto das relações sociais”.

Ainda, segundo Gullo (1998, p. 106), sobre a violência urbana, ela é abordada pelo senso comum como um mecanismo que resulta da experiência diária das pessoas, isto é, dois seres em luta, algo concreto voltado contra um ser humano palpável, real e não contra um grupo ou classe definidos por meio de critérios políticos e econômicos. O autor (1998) ainda coloca três conclusões sobre a violência social: “a violência é um fenômeno social inerente a qualquer tipo de sociedade; a forma sob a qual se manifesta reflete o tipo de sociedade e mostra o seu significado nessa sociedade; a violência depende, portanto, de estímulos provenientes da própria sociedade”.

Na marginalidade urbana, os criminosos se encontram impossibilitados de integração na sociedade, porque são considerados perturbadores da ordem institucional. Eles formam grupos, bandos ou gangues e geralmente habitam cortiços e favelas (GULLO, 1998).

A população segue em alerta, o medo toma conta das pessoas, sair na rua pode ser perigoso. No livro *Medo Líquido*, de Zygmunt Bauman (2008, p. 8) “O medo é o nome que damos a nossa incerteza, nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance”.

As vendas das empresas de segurança privada cresceram e o motivo é a insegurança e o medo. As pessoas não se incomodam em pagar pelos serviços, elas querem segurança e vivem cada vez mais trancafiadas em suas casas, investindo também no entretenimento. “A violência nas cidades tem assustado e isolado seus habitantes em suas próprias residências, que estão se transformando em verdadeiras fortalezas” (SANTOS, 2009, p. 244).

Os baixos salários e o desemprego, que causam o empobrecimento da classe média e o aumento do número de miseráveis, têm gerado muitos dos crimes contra o patrimônio, tais como furtos, roubos e assaltos. Existem os marginais que necessitam de emprego e não conseguem manter uma forma fixa de renda, e os que optam pela violência e pela criminalidade sem ao menos tentar o trabalho (SANTOS, 2019, p. 240).

Uma das causas mais frequentes da marginalidade social pode ser a existência de indivíduos que não conseguem se adaptar ao processo de trabalho devido a problemas de formação, desorganização familiar, falta de orientação educacional e ocupacional ou de condições precárias de moradia (GULLO, 1989).

Segundo Gullo (1998), outra causa da marginalidade é a hierarquia, pois ela estabelece alguns limites que retratam clivagens entre diferentes seguimentos sociais. Ainda, segundo o autor:

Numa sociedade estratificada por ocupações, o status atribuído característico da tradição é substituído pelo status adquirido característico da qualificação competitiva. Essa associação do status com o processo de desenvolvimento urbano-industrial-capitalista determina o sistema de classes sociais, que consiste em um conjunto diferenciado de grupos de agentes definidos por seu lugar no processo de produção econômico determinado por critérios políticos e ideológicos fundamentados em educação, ocupação e renda (GULLO, 1998, p. 109).

A impunidade e a injustiça geram ódio e estimulam a violência e a busca por justiça, descarregando essa agressividade no cotidiano e atingindo pessoas inocentes que vivem nas comunidades. “A ineficácia das instituições públicas, a corrupção e o peculato, os privilégios das minorias, a impunidade dos poderosos, os impostos abusivos e o mau uso do dinheiro público são fatores que geram revolta e intensificam a agressividade da população” (ALMEIDA, 2010, p. 21).

De acordo com Cristiane Neme (2002, p. 2002), de todas as mudanças que ocorreram no cenário político do país, as práticas policiais sofreram poucas mudanças.

"Sua principal característica tem sido o uso excessivo da força, expresso, por um lado, na desproporcionalidade de agentes por caso, em média, e, por outro, nas altas taxas de letalidade em que resultam os confrontos".

As estatísticas oficiais não permitem conhecer a ocorrência de crimes que violam os Direitos Humanos, as práticas não constituem crimes capitulados no Código Penal. "O que se tem observado na prática das polícias estaduais é a atuação violenta, além do abuso de autoridade e de seu envolvimento de práticas delituosas, no crime organizado e extorsões" (NEME, 2002, p. 48). Para a autora:

A ausência de respostas do poder público nestes casos somente contribui para agravar o quadro de descrédito destas instituições junto à população. Um reflexo deste descrédito está representado na permanência de práticas como linchamentos e grupos de extermínio na sociedade brasileira. Mais do que sua permanência, o que chama a atenção nestes crimes é o grau de tolerância da população em relação a eles (NEME, 2002, p. 48).

Para Neme (2002, p. 48), outra característica desses crimes, através da lente da imprensa escrita, é a impunidade. Muito pouco se ouve falar a respeito da punição aplicada a agentes envolvidos em confrontos que resultam em mortes, muitos deles caracterizados como execuções. Os policiais, por exemplo, simplesmente alegam que foram ameaçados e estavam apenas se defendendo, e não existe uma investigação aprofundada para averiguar a real situação dos casos.

2.2 A CRISE NO RIO DE JANEIRO: AS VÁRIAS PONTAS DE UM NOVELO

O estado do Rio de Janeiro está passando por uma grande crise na segurança pública e esse problema não é recente. Desde 2010 o número de pessoas assassinadas só vem aumentando. Em 2016, o Rio entrou em estado de calamidade financeira, que atrasou salários de servidores. A criminalidade, que já estava alta, aumentou significativamente após a crise financeira, visto que gerou grande número de desempregos e favoreceu a corrupção na polícia, devido às precárias condições de trabalho.

O Rio de Janeiro, assim como todo o país, sofre as consequências da corrupção, seja na polícia ou na política. De acordo com o ex-secretário Nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva Filho (2018): "Se você tem polícia corrupta, você não

vence a violência. Quanto mais séria e íntegra for a polícia, mais capacidade ela tem de virar o jogo da violência".⁵ Alguns fatores podem contribuir com o quadro de corrupção da polícia, como os baixos salários, precárias condições de trabalho, falta de equipamentos e treinamentos, má gestão, falta de investimentos, salários atrasados e a grande violência que tem causado muitas execuções de PM's.

No começo do ano de 2018, o governo Michel Temer iniciou uma intervenção federal no Rio de Janeiro. A medida extrema teve o objetivo de combater o crime organizado e melhorar a situação da segurança no estado. De acordo com especialistas e militares, os principais problemas que levaram à intervenção são: fracasso das Unidades da Polícia Pacificadora (UPPs), calamidade financeira, expansão da milícia e corrida armamentista do tráfico.⁶

Uma das grandes preocupações na segurança do Rio de Janeiro são as milícias, que segundo Alba Zaluar (2007), são pessoas com algum treinamento militar, muitas vezes ex-policiais que tomam para si a função de proteger as vizinhanças em troca de uma renda mensal. As pessoas se sentem inseguras e ameaçadas pelos traficantes.

As milícias são originadas pelo medo provocado por tiroteios, as mortes por armas de fogo, os corpos espalhados nas ruas, a presença de drogados e traficantes armados, situações que muitas vezes resultam em agressões, assédio sexual e várias formas de violência que assustam a população (ZALUAR, 2007).

Sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência a que nós estamos assistindo hoje (MISSE, 2008).

O problema da violência no Rio de Janeiro começou com o Esquadrão da Morte, grupos de policiais com o objetivo de matar criminosos perigosos. Misse (2008) situa o início da violência urbana brasileira exatamente no mesmo período em que surgem os primeiros esquadrões, em meados da década de 1950.

Silva (2010, p. 289) menciona dois marcos da transformação crucial do controle social do estado do Rio de Janeiro, sendo o primeiro a militarização da polícia, que

⁵ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/17/se-a-policia-e-corrupta-nao-se-vence-a-violencia-diz-ex-secretario-de-seguranca-nacional-sobre-intervencao-no-rio.htm>>. Acesso em: 12 maio 2018.

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crise-falencia-de-upps-banalizacao-de-fuzis-violencia-na-fofia-veja-motivos-que-levaram-a-intervencao-federal-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 22 maio 2018.

desloca o eixo de sua atuação repressiva, fazendo-o passar das atividades rotineiras de combate ao crime comum para questões definidas como relativas à segurança do Estado. A segunda medida está relacionada ao teor da Lei de Segurança Nacional. Como reação aos assaltos a banco e sequestros protagonizados pelos grupos ligados à luta armada, essa lei desfez as fronteiras judiciais entre o crime comum e o crime político.

Ainda, segundo Silva (2010, p. 289), a matriz do atual problema de segurança pública, que fez com que o crime comum violento entrasse na consideração pública e se tornasse um problema a galvanizar as atenções, se dá a partir das seguintes considerações:

a) o deslocamento do controle social rotineiro para as questões da segurança do Estado; b) a militarização e o reforço da autonomia de funcionamento dos aparelhos policiais, que acabaram favorecendo a visibilidade altamente politizada das funções repressivas de rotina; c) o fato de que a truculência característica das atividades policiais passou a atingir também membros das camadas médias (SILVA, 2010, p. 289).

O tráfico se tornou um crime organizado no Rio de Janeiro a partir do final da década de 1970. O antropólogo Paulo Storani, que foi oficial do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, diz que a cidade virou um ponto na rota de distribuição da cocaína que saía dos países andinos, em direção à Europa. À medida que a produção crescia nesses países, aumentava a oferta da droga dentro da cidade, e o preço diminuía para o usuário.⁷

Nessa mesma época surgiram as facções criminosas, dentro de presídios, os assaltantes comuns aprenderam as técnicas de organização e guerrilha dos militantes políticos. Segundo a antropóloga Alba Zaluar, logo os criminosos descobriram um novo negócio. “Eles ficaram sabendo que assalto não estava dando tanto dinheiro, o que estava dando muito dinheiro era o tráfico. E passaram então a traficar. O tráfico se expandiu com muita rapidez no início da década de 80”.

A negligência das autoridades públicas ao longo de muitos anos possibilitou o tráfico nas fronteiras e a grande quantidade de armas nas mãos dos traficantes. Uma parcela da culpa do aumento do tráfico é a incapacidade da União, dos estados que fazem

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/entenda-como-o-traffic-se-tornou-um-crime-organizado-no-rio.html>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

fronteiras com países que fornecem drogas. Essa incapacidade de fiscalizar suas fronteiras fez com que as armas chegassem em qualquer lugar do país.

2.3 O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA EM SINTONIA COM A ERA DIGITAL

O Observatório da Imprensa é um veículo jornalístico focado na crítica da mídia em geral. Por meio de uma iniciativa do Projor (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo) e projeto original do Labjor (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o Observatório está presente na internet desde 1996.⁸ Nascido como *site* na *web*, em maio de 1998, o Observatório da Imprensa ganhou uma versão televisiva, produzida pela TVE do Rio de Janeiro e TV Cultura de São Paulo, com transmissão semanalmente. O Observatório da Imprensa foi fundado pelo jornalista Alberto Dines, que faleceu aos 86 anos, em maio de 2018.

O Observatório da Imprensa é uma entidade civil, não governamental, não corporativa e não partidária que pretende acompanhar, com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira. Ele funciona como um fórum permanente, onde as pessoas podem manifestar-se e participar ativamente em um processo no qual, até há pouco, desempenhavam o papel de agentes passivos.⁹

O Observatório da Imprensa se instaura, num primeiro momento, com a intenção de combater o que a Escola de Frankfurt acreditava existir como prática dos meios de comunicação (visão manipulatória); mas, ao criar espaços de interatividade para a participação do público, acaba dialogando com a proposta da Teoria da Recepção, investindo na ressignificação do receptor e se instalando como instrumento de mediação entre os meios de comunicação jornalísticos e seu público. (BLUM, 2010, p. 86).

As plataformas da *Web*, *blogs* e *websites*, como o Observatório da Imprensa, fizeram a diferença na forma de fazer jornalismo. Além de trazer informações instantaneamente, existe a possibilidade da interação do público, que é extremamente importante. “A comunicação interativa e coletiva é a principal atração do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 208). O Observatório é ainda mais atraente por expor críticas de

⁸ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

⁹ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

assuntos que estão sendo debatidos em todo o país e, às vezes, até no mundo todo. A chance de poder interagir e participar atrai internautas e possibilita maior interação.

“Os *blogs* são sistemas de publicação na *Web*, baseados no princípio de microconteúdo e atualização frequente” (PRIMO; RECUERO, 2003, p. 59). Eles possibilitaram o acesso e a oportunidade de mais pessoas conseguirem ter seus espaços na internet, compartilhando suas ideias e até expandindo seus trabalhos.

Existem muitas formas positivas de utilizar essa ferramenta, porém esse espaço com fácil acesso para qualquer pessoa pode ser perigoso, ainda mais para o jornalismo, e é nesse momento que a credibilidade entra em jogo. “As mídias não exercem o papel de mediadoras com exclusividade, mas por conta de sua penetração, credibilidade e alcance, e por ocupar uma posição estratégica na sociedade – o faz em grande escala com eficiência” (BLUM, 2010, p. 86)

“Entramos, naquele momento, na era em que nós somos os *media*, num tempo em que a linha divisória entre produtores e consumidores se esbate. E a rede de comunicações se torna um meio para dar voz a qualquer pessoa” (BERTOCCHI, 2005).

Assim, como todas as profissões, o jornalismo precisou se adaptar e fazer parte da era digital. As pessoas não querem mais esperar o telejornal na TV para saber as informações, muito menos esperar um jornal impresso com notícias do dia anterior, elas querem abrir plataformas completas e em segundos acessar notícias do mundo inteiro instantaneamente pela internet.

Nessa transformação, não são só os formatos que estão sendo reestruturados, mas também os conteúdos em virtude da rapidez com que as informações são solicitadas agora. “A indústria de notícias estendeu sua atuação para o ambiente *web*, alterando rotinas de trabalho e impondo a exigência de novas qualificações” (RODRIGUES, 2009, p. 19).

2. 4 A ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem, ela trata do discurso. No estudo do discurso observa-se o homem falando, procurando compreender a língua

fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 1999, p. 15).

A Análise do Discurso é um canteiro de diálogos e confrontos teóricos no qual pesquisadores podem falar de lugares múltiplos sobre sujeitos discursivos que acabam inquietando a todos nós, estudiosos do discurso. Parece-nos que essa inquietação é a movência para a busca de campos discursivos e a compreensão da existência histórica das pesquisas científicas, que coloca o sujeito no centro das atenções (MILANEZ; SANTOS, 2009, p. 6).

Pensar na análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se relaciona com a história e a sociedade. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente. “A Análise do Discurso pode constituir-se em um valioso instrumental de trabalho no ensino de língua portuguesa, já que oferece os meios para a reflexão sobre a estrutura e a geração do sentido do texto” (GREGOLIN, 1995, p. 20).

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 1999, p. 15).

A análise do discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar com nomes falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, em suas rotinas, como sujeitos ou membros de uma comunidade (ORLANDI, 1999, p.16).

3 “DE QUEM É O DEDO QUE APERTA O GATILHO?” AS INTERPRETAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO DE ACORDO COM O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

3.1 VIOLÊNCIA, ABUSO DE AUTORIDADE E O MERCADO DA SEGURANÇA PRIVADA

O Observatório da Imprensa relaciona a violência com o abuso de autoridades e ao poder dado ao policiamento no Rio de Janeiro, e acredita ser desnecessário e

exagerado em alguns casos. No artigo "As vítimas silenciosas de um massacre no Rio de Janeiro"¹⁰, o autor Jorge Rojas, no Observatório da Imprensa, apresenta casos de violência de vítimas do abuso de autoridades, e acredita que o policiamento é um perigo para as comunidades das favelas.

Em um dos casos de abuso de autoridade, o autor apresenta um assassinato que aconteceu em novembro do ano passado. Cinco amigos viajavam quando foram massacrados por policiais, 111 tiros foram disparados no carro dos jovens. Segundo os policiais militares, houve um confronto e os jovens revidaram, mas não foi bem isso que aconteceu. Apenas um dos jovens, que estava em uma moto logo atrás do carro, sobreviveu e explicou a situação. Nesse caso, uma investigação foi feita e, com isso, comprovada a falha dos policiais, que foram presos.

Um trecho desse texto do Observatório da Imprensa apresenta dados do abuso de autoridade no Rio de Janeiro:

Segundo dados da organização Anistia Internacional, no estado do Rio, morreram mais de 8 mil pessoas em operações policiais nos últimos dez anos. A ONG contabilizou nos últimos cinco anos 1.519 casos de assassinatos cometidos pela polícia fluminense, todos registrados como casos de "autos de resistência". Isso representa 16% de todos os homicídios. Ou seja: para a Polícia Militar, as mortes são sempre em legítima defesa.

"Quem mata mais no Rio de Janeiro? As balas perdidas ou o desvio do dinheiro público da saúde, da educação, da segurança e de obras de infraestrutura praticado pelos bandidos travestidos de deputados na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro?". Esse questionamento feito pelo autor Carlos Wagner, no Observatório da Imprensa, no texto "De quem é o dedo que aperta o gatilho?"¹¹, traz à tona a questão da segurança pública relacionada ao governo. O texto faz uma comparação à crise da violência e à crise política do Estado.

Ainda, segundo essa observação de Carlos Wagner, a falta de investimento e o desvio de dinheiro têm deixado uma grande lacuna na segurança pública, o que tem dado espaço para a marginalidade crescer e tomar conta do Estado. Nada é feito para mudar essa situação. Políticos desviam dinheiro, policiais abusam do poder e investem

¹⁰ Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/a-crise-na-seguranca-publica/as-vitimas-silenciosas-de-um-massacre-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

¹¹ Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/violencia/de-quem-e-o-dedo-que-aperta-o-gatilho/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

em tiroteios que matam pessoas inocentes. Enquanto isso, quadrilhas estão no poder, gangues organizadas e bem armadas, que conseguem traficar grandes cargas de armas e drogas. Ficando cada vez mais fortes, tomam o poder e ficará cada vez mais difícil acabar com essa onda de criminalidade no Estado.

De acordo com Misse (2008, p. 383), esse abuso de autoridade está ligado à corrupção e se tornou algo comum no Brasil:

A incorporação do uso indiscriminado da violência contra suspeitos provenientes das camadas populares tenha reforçado, dentro do aparelho policial, a certeza da impunidade, especialmente quando essa violência se exercia como parte do dispositivo da corrupção. Mas assim como essa violência ganhava legitimidade em razoáveis setores das polícias e da sociedade, também a corrupção deixava de ser representada como um desvio para ganhar a reputação de uma troca legítima, sob a égide do "jeitinho" brasileiro (MISSE, 2008, p. 382).

Sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, o ex-ministro da defesa, Celso Amorim, em entrevista ao Observatório da Imprensa¹², destaca que está havendo uma camuflagem para tentar encobrir os aspectos negativos da política econômica e social, como os gastos da reforma trabalhista e pela reforma da previdência. Amorim considera a intervenção uma medida extrema e desnecessária, algo que deve ser reservado a situações realmente extremas.

A abordagem da violência nas mídias é discutida no Observatório da Imprensa como um produto que incentiva as vendas em comércios relacionados à área de segurança. No texto "A indústria de vender a violência instalada na mídia"¹³, o autor e jornalista, Carlos Wagner, destaca a necessidade do jornalismo tradicional e busca a compreensão dos jornalistas sobre a linguagem e a propagação do medo. As notícias policiais e de casos de violência são escritas de uma forma em que os veículos de comunicação assustam as pessoas. Fazendo com que se sintam desprotegidas e como se fossem ser a próxima vítima a estar com a foto estampada na manchete.

¹² Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/violencia/celso-amorim-para-quem-viveu-os-tempos-da-ditadura-essa-prioridade-absoluta-da-seguranca-interna-e-preocupante/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

¹³ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/industria-de-vender-violencia-instalada-na-midia/>>. Acesso em: 11 maio 2018.

3.2 "NÃO PODE HAVER FAVELA": A EXCLUSÃO SOCIAL ALIMENTA A VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

A exclusão social está ligada à violência e contribui para o crescimento da marginalidade. Segundo Campos *et al* (2003, p. 16-17), "O disparate aberto entre fortes e fracos, ricos e pobres, patrões e trabalhadores, ou seja, incluídos e excluídos, somente tendeu a crescer mais na emergente sociedade urbana e industrial".

A força da organização capitalista, consolidada pelo poder vigente dos Impérios, não favorecia a contenção do curso da exclusão – apesar do estranhamento social gerado, com conflitos, greves e revoltas amordaçadas pelo autoritarismo dos governos ancorados no liberalismo, decorrente das democracias censitárias predominantes até o início do século XX (CAMPOS *et al*, 2003, p.17).

No texto "Exército intervém em conflito no Complexo do Alemão"¹⁴, o autor Fábio de Oliveira Ribeiro, por meio do Observatório da Imprensa, traz a discussão da exclusão social nas favelas do Rio de Janeiro:

Em razão de sua topografia e da falta de interesse do poder público, o Rio de Janeiro cresceu em direção aos morros, mas sempre fez isto através de um processo de exclusão. Nos morros se estabeleceram os colonos pobres, depois os negros libertos, depois os soldados das guerras brasileiras e por fim os migrantes nordestinos. A ditadura consolidou este processo de exclusão social e geográfica criando "condomínios", como a Cidade de Deus.

A reconstrução dos poderes paralelos começou porque, como no passado, o Estado não se interessou por dar alternativas à população dos morros. Ribeiro também traz a discussão da exclusão socioeconômica:

O processo de ocupação dos morros pelas UPPs parecia estar pacificando os morros. Mas o problema da exclusão socioeconômica, que não foi e pelo visto não será atacado pelo poder público (que arrecada impostos nos morros e os utiliza para construir a infraestrutura necessária à realização de eventos internacionais em benefício do empresariado da orla marítima), é maior do que a contenção da criminalidade. Nos morros, a criminalidade recruta seus novos soldados entre desempregados; nos morros, por maior que seja a propaganda da Rede Globo, o Criança Esperança atende apenas a uma pequena parcela das crianças e a maioria tem boas chances de se tornar os delinquentes adolescentes de amanhã.

¹⁴ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/exercito-intervem-em-conflito-no-complexo-do-alemao/>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

Também, segundo o autor, as favelas cariocas contribuem com os recursos públicos, pagando impostos indiretos, entre outros. O problema é que essas pessoas não recebem em troca os benefícios que a administração pública proporciona às populações mais ricas, ou seja, as áreas nobres da cidade. “Em nenhuma outra cidade brasileira o uso da expressão “áreas nobres” é capaz de captar a essência, a história da ocupação urbana e de exclusão social, quanto no Rio de Janeiro”.

Conforme Andreilino Campos, no Observatório da Imprensa, no texto “Não pode haver diferença entre cidade formal e favela: não pode haver favela”¹⁵, de Mauro Malin, o imaginário é construído a todo momento. “Ele não é uma coisa que eu aprendo e ele permanece. Ele é reconstruído. Só que esse imaginário tem um emissor, que coloca um discurso a todo momento, que faz as pessoas acreditarem no que elas são, sem serem, e a partir daí eu reproduzo”

A questão do imaginário construído, produzido, tem uma lógica que faz com que as pessoas que estão nas comunidades acreditem ser violentas, mas acreditem ser... ninguém. Se não é ninguém, ele cria uma outra lógica, não para se ferir – eu não estou querendo mais falar de exclusão social, no livro [Do Quilombo à Favela] eu trabalho exclusão social, mas eu não estou querendo mais falar isso. Porque quando eu falo em exclusão, em marginalidade, eu não resolvo o problema. Eu simplesmente dou continuidade ao discurso que já está pronto. Eu quero trabalhar com a acessibilidade.

De acordo com Campos (2003), essa questão de não reconhecer que a sociedade em si é violenta, isto é, que os mais pobres se tornam violentos em função da fragilidade, é reconhecer o outro lado: que determinados estados de coisas são colocados para que se possa acreditar que o Estado nunca esteve presente nessas comunidades. O Estado nunca esteve ausente, apenas pode ser pouco operacional.

¹⁵ Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/codigo-aberto/nao-pode-haver-diferenca-entre-cidade-formal-e-favela-nao-pode-haver-favela/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

3.3 A EXECUÇÃO DE MARIELLE FRANCO: UM RECADO DO CRIME ORGANIZADO CONTRA A INTERVENÇÃO FEDERAL

A vereadora do PSOL, Marielle Franco foi morta a tiros dentro de um carro no dia 14 de março, na região central do Rio de Janeiro.¹⁶ Além da vereadora, o motorista Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e morreu.

Segundo o Observatório da Imprensa, o assassinato da vereadora é um aviso para o presidente Michel Temer por ter iniciado a intervenção federal no estado. “O Rio de Janeiro se tornou o lugar mais vigiado do País. A execução da parlamentar e do seu motorista traz uma mensagem muito clara: alguém está avisando que ainda manda no Rio Janeiro”, frase do texto “A execução da vereadora e do seu motorista foi um recado para o xerife do Rio de Janeiro”¹⁷, por Carlos Wagner. O xerife citado no título é o presidente Michel Temer e o recado é claro: Ele manda no Brasil, não no Rio de Janeiro.

A maneira como foi feita a execução e os vestígios deixados na cena do crime apontam na direção de que os assassinos eram profissionais. E o estilo da execução lembra os milicianos – gangues de policiais militares que disputam território com os traficantes nas favelas. Há ainda outros dois grupos que usam um estilo semelhante: Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, e Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo.

De acordo com o Observatório da Imprensa, quem deixou esse recado quer mostrar quem é que manda no Rio de Janeiro. Tudo que acontece no Estado vira notícia mundial, lá é um grande palco de crimes e poder: “Quem apertou o gatilho a polícia vai descobrir. Nós, repórteres, podemos avançar nos lugares escuros desse episódio em busca de pistas de quem é esse alguém que está mandando o aviso de que ainda manda no Rio de Janeiro”.¹⁸

¹⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

¹⁷ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/execucao-da-vereadora-e-do-seu-motorista-foi-um-recado-para-o-xerife-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

¹⁸ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/execucao-da-vereadora-e-do-seu-motorista-foi-um-recado-para-o-xerife-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do presente trabalho, é possível concluir que os textos publicados no Observatório da Imprensa sobre a crise do Rio de Janeiro abordam as notícias de uma forma crítica, porém não apresenta apenas um lado da história. Os textos buscam questionamentos e opiniões com a intenção de induzir os leitores ao pensamento crítico e à reflexão de assuntos que estão sendo debatidos em todo o país. A linguagem utilizada é formal, porém universal e clara, e pode ser entendida por qualquer público.

Diferente de outros veículos de comunicação, o Observatório da Imprensa tem a função de fazer críticas da própria imprensa e das mídias tradicionais, alertando sobre a falta dos critérios de noticiabilidade, com a intenção de melhorar a disseminação de informações e a qualidade das notícias. Apesar dos textos do Observatório da Imprensa serem publicados por autores diferentes, todos têm uma característica em comum: a investigação aprofundada de cada notícia com a opinião crítica. A busca pela verdade é o foco do conteúdo.

Nessa perspectiva, o Observatório da Imprensa entende que a violência do Rio de Janeiro é resultado de um problema estrutural, a saber: a exclusão social. Segundo a página, tal problema alimenta uma cadeia nefasta de violência na cidade, prejudicando a vida da população. Tendo tal perspectiva como base, a ação de milícias, a corrupção, a repressão policial e o tráfico de drogas, por exemplo, são questionadas pela página como problemas sociais que poderiam ser diminuídos se caso o país tivesse uma política pública voltada à melhoria na condição de vida de todo o corpo social.

Em vez de se politizar e se democratizar o debate da violência, alvitando descortinar seus fatores estruturais, o presidente Michel Temer enviou tropas federais à cidade, em uma medida demagógica, visando estancar a sua baixa popularidade. Medidas como essa são questionadas pelo "Observatório da Imprensa", que discute de forma profunda os problemas do Rio de Janeiro que levaram a cidade aos caos.

A página é uma ode ao bom jornalismo diante da "*mass media*", que trata a violência pelos padrões de moralidade – afora a espetacularização da morte de pessoas, seja civis ou militares, com o intento de aumentar os índices de vendas ou acessos. Nessas circunstâncias, o Observatório da Imprensa cria um discurso que

esclarece a violência em suas raízes estruturantes – análises mais adequadas do que a grande mídia costuma fazer.

Ao longo do estudo, a pesquisa teve contato com outras matérias do “Observatório da Imprensa” que retratam a violência em outras cidades e Estados – visto que ela é um problema crônico no Brasil. Contudo, como o trabalho ficou centrado na análise do Rio de Janeiro, realidades diferentes não puderam ser investigadas, mas podem ser feitas em outras pesquisas.

Também chamou a atenção da pesquisa a forma como o “Observatório da Imprensa” reflete sobre o papel da mídia e do jornalista. Volta e meia, a página faz alusão a uma crise que vive a imprensa. A defesa de direitos humanos, a discussão da política nacional, a importância da cultura, o combate à repressão, a defesa da comunidade LGBT e as recentes preocupações com notícias falsas “*fake news*” poderiam resultar em novas pesquisas. O conteúdo é amplo e apresenta uma densidade jornalística que chama a atenção.

Por fim, talvez a sociedade brasileira, diante de sua incapacidade de fazer a política e consolidar a democracia, vem acreditando em discursos reacionários que só aumentam a crise da violência. Nesse quadro, o corpo social brasileiro vem simbolicamente “apertando o gatilho”, pois o problema da violência, segundo o “Observatório da Imprensa” é de todos nós – mídia e sociedade civil –, e só um debate profundo será capaz de reverter esse terrível quadro. Nesse caso, a página contribui de forma ímpar para qualificar o debate em torno do tema que aflige o Rio de Janeiro e todo o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Blaya Graça. **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2010.

AMORIM, R.; POCHMANN, M. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANJOS, Anna Beatriz. Celso Amorim: “Para quem viveu os tempos da ditadura, essa prioridade absoluta da segurança interna é preocupante”. Disponível em: <<http://observatorioidaimprensa.com.br/violencia/celso-amorim-para-quem-viveu-os-tempos-da-ditadura-essa-prioridade-absoluta-da-seguranca-interna-e-preocupante/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. **Rev. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 48, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

BERTOCCHI, Daniela (2005). Gêneros jornalísticos em espaços digitais. **SOPCOM**, Aveiro, vol. 1, 2005.

BLUM, Andréa. Observatório da Imprensa na internet: uma leitura crítica da mídia brasileira. **Comunicação e Educação**, São Paulo, vol.15, n. 3, p. 81-90, set./dez. 2010.

CARTA CAPITAL. A quem serve a intervenção militar? Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

FUJITA, Gabriela. Se a polícia é corrupta, não se vence a violência", diz especialista em segurança sobre intervenção no Rio. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/17/se-a-policia-e-corrupta-nao-se-vence-a-violencia-diz-ex-secretario-de-seguranca-nacional-sobre-intervencao-no-rio.htm>>. Acesso em: 12 maio 2018.

G1 RIO. Crise, falência de UPPs, banalização de fuzis, violência na folia: veja motivos que levaram à intervenção federal no RJ. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crise-falencia-de-upps-banalizacao-de-fuzis-violencia-na-folia-veja-motivos-que-levaram-a-intervencao-federal-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 22 maio 2018.

G1 RIO. Entenda como o tráfico se tornou um crime organizado no Rio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/entenda-como-o-traffic-se-tornou-um-crime-organizado-no-rio.html>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

G1 RIO. Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros no centro do Rio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A Análise do Discurso**: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Alfa, 1995.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo soc.**, vol. 10, n. 1, p. 105-119, 1998.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2003.

MALIN, Mauro. Não pode haver diferença entre cidade formal e favela: não pode haver favela. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/nao-pode-haver-diferenca-entre-cidade-formal-e-favela-nao-pode-haver-favela/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaína de Jesus. **Análise do Discurso**: objeto, sujeito e olhares. São Carlos: Claraluz, 2009.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 8, p. 371-385, 2008.

MLANEZ, Nilton; SANTOS, Janaina de Jesus. **Análise do discurso**: Objetos, Sujeitos e Olhares. São Paulo: Coleção Discursividades, 2009.

NEME, Cristina.; IZUMINO, Wânia. Pasinato. Violência Urbana e Graves Violações de Direitos Humanos. In: **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 54, nº 1, p. 46-49, 2002.

OBSERVATÓRIO da Imprensa. História. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso** – Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PRIMO, Alex; RECUERO, Raquel. Hipertexto Cooperativo: Uma análise da escrita coletiva a partir dos blogs e da Wikipedia. **Revista da FAMECOS**, Porto Alegre, vol. 22, p. 54- 65, 2003.

RIBEIRO, Fábio de Oliveira. Exército intervém em conflito no Complexo do Alemão. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/exercito-intervem-em-conflito-no-complexo-do-alemao/>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

RODRIGUES, Carla. **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

ROJAS, Jorge. As vítimas silenciosas de um massacre no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/a-crise-na-seguranca-publica/as-vitimas-silenciosas-de-um-massacre-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SANTOS, Itamar Rocha. Aspectos da violência urbana. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, n. 5/6, p. 237-250, 2009.

SILVA, Luiz Antonio Machado. "Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Cad. CRH**, vol. 23, ago. 2010.

WAGNER, Carlos. A execução da vereadora e do seu motorista foi um recado para o xerife do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/execucao-da-vereadora-e-do-seu-motorista-foi-um-recado-para-o-xerife-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

WAGNER, Carlos. A indústria de vender a violência instalada na mídia. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/industria-de-vender-violencia-instalada-na-midia/>>. Acesso em: 11 maio 2018.

WAGNER, Carlos. De quem é o dedo que aperta o gatilho. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/violencia/de-quem-e-o-dedo-que-aperta-o-gatilho/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista da Fundação Seade**, vol. 13, n. 3, jul./set. 1999.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel. Favelas sob o controle das milícias. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.